



JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo nº 004/2025

Dispensa de Licitação nº 003/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem de recursos digitais para a Câmara Municipal de Dolcinópolis, destinada a apoiar suas atividades institucionais, com flexibilidade para ajustes conforme as necessidades institucionais durante a vigência contratual, com vigência de 12 meses nas condições previstas no Termo de Referência.

1. DO OBJETO INICIAL

Trata-se de procedimento administrativo de contratação direta voltado à seleção de **empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem de recursos digitais para a Câmara Municipal de Dolcinópolis**. O certame visa apoiar as atividades institucionais da Casa Legislativa, com previsão de vigência de **12 meses** e cláusula de flexibilidade para ajustes operacionais conforme as necessidades do órgão, nas condições previstas no Termo de Referência originário.

2. SÍNTESE DOS FATOS E DO FATO SUPERVENIENTE

O procedimento foi regularmente instaurado e instruído com base no planejamento inicial da demanda. Ocorre que, **após o início dos atos de divulgação/instrução e antes da contratação efetiva**, a agente de contratação identificou uma **necessidade institucional superveniente e imprevista**: a indispensabilidade de **inclusão de um novo módulo de serviços** na plataforma digital a ser hospedada.

Este novo **Módulo 6 - Migração de Dados, Atualização de Layout e Implementação de Sistema de Cookies conforme LGPD** é fundamental. A sua ausência no Termo de Referência original comprometeria a eficiência de longo prazo e a finalidade pública da contratação.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O ato de revogação encontra amparo no **Artigo 71, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021**, aplicável subsidiariamente às contratações diretas por força do parágrafo único do mesmo dispositivo legal, o qual determina:

*"Art. 71. Encerrada a fase de julgamento e ordenação e promovida a verificação dos documentos de habilitação, a autoridade superior poderá:
(...)*

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e



oportunidade resultantes de fato superveniente devidamente comprovado;"

Ademais, a presente decisão está em estrita consonância com as **Súmulas 473 do Supremo Tribunal Federal (STF)**, que consagram o Princípio da Autotutela Administrativa, conferindo à Administração Pública o poder-dever de revogar seus próprios atos por razões de conveniência ou oportunidade.

4. DA JUSTIFICATIVA DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE (MÉRITO)

A revogação do certame atual apresenta-se como a medida mais vantajosa para o interesse público pelos seguintes fatores técnicos e econômicos:

- **Evitação do Fracionamento e Incompatibilidade:** Prosseguir com o processo atual e realizar uma contratação apartada subsequente para o novo módulo geraria graves riscos de incompatibilidade técnica entre sistemas de fornecedores distintos, além de potencial fracionamento indevido de despesa.
- **Garantia da Economia de Escala:** A aglutinação do objeto principal ao novo módulo em um único Termo de Referência unificado propiciará uma melhor modelagem de custos na pesquisa de preços, atraindo propostas globalmente mais vantajosas financeiramente para o município.
- **Princípio da Eficiência:** A readequação do planejamento garante que o contrato de 12 meses nasça plenamente alinhado às demandas reais da Câmara, evitando aditamentos precoces ou paralisações contratuais por defasagem tecnológica.

Sendo assim, a alteração qualitativa necessária na especificação do serviço ultrapassa os limites de mera correção material, exigindo a **refeitura do Termo de Referência** e nova abertura do procedimento de dispensa eletrônica.

5. DA CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, restando plenamente demonstrado o interesse público e o fato superveniente, submeto o presente termo à Autoridade Superior para que, no uso de suas prerrogativas legais:

1. **Determine a REVOGAÇÃO** do processo de Dispensa de Licitação nº 003/2025, sem que caiba direito a indenizações aos participantes, face a ausência de ato perfeito gerador de direito adquirido;
2. **Ordene a devolução dos autos** ao setor competente para a imediata inclusão do novo módulo de serviços no Termo de Referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE DOLCINÓPOLIS

CNPJ: 51.845.378/0001-27

3. **Autorize a abertura de novo procedimento** de contratação direta sob a égide da Lei nº 14.133/2021, com o objeto atualizado e readequado às necessidades da Câmara Municipal de Dolcinópolis.

Dolcinópolis/SP, 05 de junho de 2025.

Eliane Dias
Agente de Contratação